



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Obras Públicas

OFÍCIO N.º 242/2018

Patos de Minas, 24 de outubro de 2018.

A Senhora
Juliana Silva Caixeta
Pregoeira
NESTA

Assunto: **Solicitação faz**

Referência: **Revogação Pregão Presencial n.º 023/2018**

Prezada Senhora,

1. Venho através deste, sugerir a revogação do Pregão Presencial n.º 023/2018 – **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED PARA EFICIENTIZAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS/MG.**

1.1. Informo que o Pregão Presencial n.º 023/2018 foi aberto somente para a aquisição das luminárias de led, não contemplando a instalação das mesmas. Inicialmente, visando à economicidade aos cofres públicos, foi decidido que a empresa contratada pelo Município, através do contrato n.º 018/2015 (**prestação de serviços de engenharia elétrica, visando à manutenção corretiva e preventiva de todo sistema de iluminação pública (IP) do Município de Patos de Minas, englobando o Perímetro Urbano, Zona Rural e aglomerados urbanos mais afastados**), realizaria as instalações das luminárias adquiridas no referido processo licitatório.

1.2. Ressalto que o contrato n.º 018/2015 foi auditado recentemente pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no mês agosto de 2018 e em



**Prefeitura de
Patos de Minas**

Secretaria Municipal de

Obras Públicas

consulta pessoal com os técnicos, os mesmos nos alertaram verbalmente que o objeto do referido contrato não abrange a instalação das luminárias a serem adquiridas, tornando, assim, as aquisições inviáveis ao Município, visto que irá adquirir as lâmpadas, sem as condições de instalação técnica.

1.3. Após essa orientação dos auditores do TCE/MG, realizamos nova análise do contrato n.º 018/2015 e seus anexos, e constatamos que o serviço de instalação de luminárias não está contemplado em suas obrigações contratuais, conforme alertado pelos técnicos do TCE/MG.

2. Por fim, devido ao longo período da duração do processo licitatório – Pregão Presencial n.º 23/2018 - e considerando as variações do mercado, realizamos nova pesquisa de preços onde constatamos que alguns itens sofreram reduções consideráveis em seus valores, tornando-se inviável economicamente o prosseguimento deste certame.

3. Diante do exposto, visando o interesse público e a economicidade ao Município, sugiro a revogação do Pregão Presencial n.º 023/2018.

Atenciosamente,


Arceu S. Cordeiro de Campos

Engenheiro Eletricista

Mat. 25828 / Crea n.º 205.345/D-MG



Fwd: Orçamento

1 mensagem

Alvaro Guilherme Rocha <alvaro@patosdeminas.mg.gov.br>

Para: Sec de Compras Prefeitura Patos de Minas <compras@patosdeminas.mg.gov.br>

24 de outubro de 2018 11:4

----- Forwarded message -----

From: Arceu Campos <arceu@patosdeminas.mg.gov.br>

Date: qua, 24 de out de 2018 13:07

Subject: Fwd: Orçamento

To: Alvaro Guilherme Rocha <alvaro@patosdeminas.mg.gov.br>

----- Forwarded message -----

From: Mauricio Santiago <mauricio@fsxrepresentacoes.com.br>

Date: qua, 24 de out de 2018 12:04

Subject: RES: Orçamento

To: Arceu Campos <arceu@patosdeminas.mg.gov.br>

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	MARCA/ MODELO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Luminária para iluminação de vias públicas, potência máxima de 150W e fluxo luminoso mínimo de 20.000 lumens (Relação Mínima de 125 LM/W), construída com chassi e bloco de suporte em alumínio injetado a alta pressão, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branca, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V, ou mais amplo. Não serão aceitas luminárias que tenham dissipador de calor compostos de alumínio extrudado. Os LEDs deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos LEDs do tipo Low Power ou COB. As luminárias deverão possuir tomada para fotocélula padrão NEMA 5 a 7 pinos. Assim como a tomada, a luminária deve ser preparada para receber sistema de controle futuro de telemetria e telegestão e, para isso, deve possuir, inclusive, driver dimetizável com tecnologia 1-10V. O sistema óptico deve ser feito através de lentes, posicionando a luz onde ela é necessária. Grau de Proteção IP66 Total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). A lente secundária em polímero, deverá ter proteção IK 08 ou superior. O material em polímero de aplicação externa do produto, (lentes em policarbonato), deverá seguir as indicações da norma ASTM G154, ciclo 3, na câmara de UV com um tempo de exposição de 2016h. Temperatura de cor de 4000K (± 500K). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70. Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência de 0,95 ou superior. Deve possuir porta de acesso a alimentação e DPS na parte superior da luminária com abertura sem ferramentas especiais para ter uma manutenção conveniente, confiável e rápida. Deverá possuir suporte para fixação em braço de poste tubular de 48 mm a 60 mm. Pintura em poliéster resistente a corrosão na cor Cinza RAL 7040, atendendo a normativas RoHS (não conter chumbo ou mercúrio). Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação. As Luminárias deverão atender aos mesmos requisitos em ensaios que constam da normativa: Portaria INMETRO / MDIC N°20 de 15/02/2017, portanto, a empresa classificada deverá apresentar todos os laudos (ensaios) que comprovem que a Luminária ofertada atenda estas exigências, independente da certificação formal junto ao INMETRO, nesta data.	BRP394 A LED200/NW 153W, REF. GreenVision Xtreme	2000	R\$ 1.298,00	R\$ 2.596.000,00
2	Luminária para iluminação de vias públicas, potência máxima de 100W e fluxo luminoso mínimo de 11.500 lumens (Relação Mínima de 115 LM/W), construída com chassi e bloco de suporte em alumínio injetado a alta pressão, com vedação em borracha de silicone resistente ao calor, composta por diodos emissores de luz (LEDs) branco, alto-brilho, com tensão de alimentação de 120V a 240V ou superior. Não serão aceitas luminárias que tenham dissipador de calor compostos de alumínio extrudado. Deverá possuir porta acesso alimentação e Drive e supressor de surtos dotada de abertura na parte superior sem ferramentas para ter uma manutenção conveniente, confiável e rápida. Os LEDs deverão ser do tipo High Power ou Mid Power, não sendo admitidos LEDs do tipo Low Power ou COB. As luminárias deverão possuir tomada para fotocélula padrão NEMA 5 a 7 pinos. Deverá ser dotada de Driver dimetizável com tecnologia 1-10V. O sistema óptico deve ser feito através de lentes, posicionando a luz onde ela é necessária. Deverá ter grau de Proteção IP66 total, tanto para o conjunto óptico quanto para o alojamento para equipamentos auxiliares (driver e DPS). Deverá possuir lente secundária em polímero, e refrator em vidro plano temperado com no mínimo 5 mm de espessura e grau de proteção mínimo IK 08 ou superior. O controle de distribuição de intensidade luminosa deverá ser totalmente limitada ou limitado. Temperatura de cor branco neutro de 4000K (± 500K). Índice de Reprodução de Cores (IRC), ≥ 70. Vida útil mínima de 50.000 horas com L70 (manutenção de 70% do fluxo inicial). As luminárias devem possuir supressor de surtos de tensão de no mínimo 10kV / 10kA. Fator de potência ≥ 0,95. Deverá possuir suporte para fixação em braço tubular de 48 mm a 60 mm, com entrada lateral. Deverá ser fornecida com cabo de conexão. A Pintura da luminária deverá ser em poliéster resistente a corrosão com ensaio para névoa salina de 1000 horas. Garantia mínima de cinco anos contra defeitos de fabricação. As Luminárias deverão atender aos mesmos requisitos em ensaios que constam da normativa: Portaria INMETRO / MDIC N°20 de 15/02/2017, portanto, a empresa classificada deverá apresentar todos os laudos (ensaios) que comprovem que a Luminária ofertada atenda estas exigências, independente da certificação formal junto ao INMETRO, nesta data.	BRP371 A LED117-5S/NW 100W DME NEMA 7 PINOS REF. GreenVision	500	R\$ 890,00	R\$ 445.000,00
VALOR TOTAL				R\$	3.041.000,00

Mauricio Santiago

EMRELUX.FSX - REPRESENTANTE IP - MG

55.31.996133455

Sent by logo

1 2 3 4 5

Our global brands are:

Philips logo right size Interact logo right size

De: Arceu Campos [mailto:arceu@patosdeminas.mg.gov.br]

Enviada em: quarta-feira, 24 de outubro de 2018 10:43

Para: Mauricio Santiago

Assunto: Orçamento

Maurício, seguem modelos para citar:

- Luminária LED para IP com potência máxima de 150W (permitido +5%), fluxo luminoso mínimo de 20.000 lumens (permitido -10%) e eficiência luminosa mínima de 130lm/W (permitido -2%), temperatura de cor 4000K (permitido ± 300K) vida útil 60.000h ----- 2000 unidades
- Luminária LED para IP com potência máxima de 100W (permitido +10%), fluxo luminoso mínimo de 13.000 lumens (permitido -10%) e eficiência luminosa mínima de 130lm/W (permitido -2%), temperatura de cor 4000K (permitido ± 300K) vida útil 60.000h ----- 500 unidades.

Obrigado

--



Prefeitura de
Patos de Minas

Secretaria Municipal de
Obras Públicas

Lucas Campos
Engenheiro Eletricista
(34) 3522-9663 ou (34) 99249-8621

10 anexos

 image001.png
6K

 image002.png
1K

 image003.png
1K


 image004.png
1K

 image005.png
1K


 image006.png
1K

 image007.png
4K


 image008.png
3K

 image001.png
6K

 Proposta Philips - Patos de Minas_MG.XLSX
15K



arceu Santos Cordeiro de Campos <arceu@patosdeminas.mg.gov.br>

003966

RE: Cotação luminárias LED

1 mensagem

Resende, Ricardo (Current by GE) <ricardo.resende@ge.com>
Para: Arceu Campos <arceu@patosdeminas.mg.gov.br>; "Buteler, Diego (Current by GE)" <Diego.Buteler@ge.com>
Cc: "Costa, Fabricio (Current by GE)" <fabricio.costa@ge.com>

16 de outubro de 2018 10:46

Olá Arceu,

Segue cotação de referência para o escopo abaixo, note que superamos os requisitos solicitados abaixo, luminária com base 7 pinos e dimerizável de fábrica.

Quantidade	SKU	Descrição	NCM	ICMS	Preço unitário	IPI%	Preço com IPI	ST / DIFAL	Preço com IPI e ST/DIFAL	Total com IPI e ST/DIFAL
2000	212493	GRT2UH1N150WA7GR1-L LUMINÁRIA LED ROADWAY 150 W 4000 K	94054010	4%	R\$ 792,97	15%	R\$ 911,92	17,1%	R\$ 1.067,61	R\$ 2.135.221,14
500	212491	GRT2UH1N100WA7GR1-L LUMINÁRIA LED ROADWAY 100 W 4000 K	94054010	4%	R\$ 761,96	15%	R\$ 876,25	17,1%	R\$ 1.025,85	R\$ 512.926,66

Estado	MG
Prazo pagam.	30 DDL
Frete	CIF-MG
Finalidade	Usuário final contribuinte de ICMS, faturamento com DIFAL
Garantia	5 anos
Entrega	Em até 100 dias

Qualquer dúvida estaremos à disposição,

Att,

Ricardo Resende
Sales Manager Brazil
Current, powered by GE

M +55 11 94171 6845
ricardo.resende@ge.com
currentbyge.com

From: Arceu Campos <arceu@patosdeminas.mg.gov.br>
Sent: terça-feira, 16 de outubro de 2018 09:30
To: Buteler, Diego (Current by GE) <Diego.Buteler@ge.com>; Resende, Ricardo (Current by GE) <ricardo.resende@ge.com>; Potolski, Marcel (Current by GE) <Marcel.Potolski@ge.com>; Mateus, Silvio (Current by GE) <silvio.mateus@ge.com>
Subject: EXT: Cotação luminárias LED

Prezados bom dia

Poderia me enviar uma cotação das seguintes luminárias:

- Luminária LED para IP com potência máxima de 150W (permitido +5%), fluxo luminoso mínimo de 20.000 lúmens (permitido -10%) e eficiência luminosa mínima de 130lm/W (permitido -2%), temperatura de cor 4000K (permitido \pm 300K) vida útil 60.000h — 2000 unidades.
- Luminária LED para IP com potência máxima de 100W (permitido +10%), fluxo luminoso mínimo de 13.000 lúmens (permitido -10%) e eficiência luminosa mínima de 130lm/W (permitido -2%), temperatura de cor 4000K (permitido \pm 300K) vida útil 60.000h — 500 unidades.

Obrigado

**Prefeitura de
Patos de Minas****Secretaria Municipal de
Obras Públicas**

Arceu Campos
Engenheiro Eletricista
(34) 3322-9693 ou (34) 99249-8521

DTSHT - RDWY Gen 2.0 GRT_GRS v16 PT.pdf
8079K



ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

003967

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2017/PMJ/03

DOTADO DE EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI O **REGISTRO DE PREÇOS** PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA, DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS LED E BRAÇOS CURVOS, PADRÃO CELESC, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA, como órgão gerenciador**, representada neste ato pelo Secretário, Sr. VILSON SARTORI, e a(s) empresa(s) abaixo relacionada(s), representada(s) na forma de seu(s) estatuto(s) social(is), em ordem de preferência por classificação, doravante denominada(s) **DETENTORA(S)**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 4.388/2013, Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, celebram a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, originada do Processo de Licitação nº 77/2017/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 51/2017/PMJ, homologado em 07/11/2017, mediante termos e condições que seguem.

DETENTORA (S):

1ª	RAZÃO SOCIAL:	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA
	ENDEREÇO:	AV. INDEPENDENCIA, 6060 – FONE: 62-3924-7226
	CNPJ/MF:	00.226.324/0001-42 – GOIANIA/GO
	REPRESENTANTE LEGAL:	MARAJA SERAFIM DE SOUZA
	ENDEREÇO:	GOIANIA/GO
	CPF:	591.077.151-53
	RG:	2952119

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Os preços ora REGISTRADOS, de acordo a proposta apresentada pela(s) DETENTORA(S) no Processo de Licitação, correspondem à expectativa de aquisição dos seguintes itens:



- 3.5.1. Caberá ao Município de Joaçaba, como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, verificar junto a DETENTORA a capacidade de fornecimento dos serviços solicitados pelo órgão ou entidade aderente.
- 3.5.2. Caberá a DETENTORA, observadas as condições estabelecidas neste instrumento, optar pela aceitação do fornecimento dos serviços ao órgão ou entidade aderente até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados, desde que este fornecimento não venha a prejudicar as obrigações anteriormente assumidas com o Município.
- 3.5.3. Fica estabelecido como limite às adesões por órgãos não participantes do registro de preços o quíntuplo do quantitativo de cada item registrado neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

- 4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto.
 - 4.1.1. O pagamento será efetuado por meio de transferência bancária, na conta corrente nº 27.584-0, do Banco DO BRASIL, agência nº 3483-5.
 - 4.1.2. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.
- 4.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá, conforme o caso, ser emitido para:
 - PREFEITURA DE JOAÇABA, Avenida XV de Novembro, 378, centro, CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99 (órgão gerenciador).
- 4.2.1. A Nota Fiscal deverá ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.
- 4.2.2. No caso de adesão à presente Ata, o órgão participante fornecerá os dados necessários à emissão da Nota Fiscal ou de outro documento fiscal correlato.
- 4.2.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município ou o órgão participante do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.
- 4.3. Os preços não serão reajustados.
- 4.4. O órgão gerenciador fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
- 4.5. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela DETENTORA.
 - 4.5.1. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a presente Ata e promover outro processo licitatório.
- 4.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 4.7. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - 4.7.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 4.7.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o



União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

- 7.2. O fornecimento em atraso sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso, por item, até o limite de 20% (vinte por cento) do total registrado.
- 7.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.
- 7.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o mesmo:
- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços.
 - b. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
 - c. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
 - d. Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.
- 8.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas “a”, “b” e “d” será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

- 9.1. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover as contratações junto as DETENTORA(S) desta Ata.
- 9.2. A existência de preços registrados não obriga o órgão gerenciador a adquirir os produtos objeto desta Ata, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação total ou parcial do objeto, hipóteses em que, em igualdade de condições, a DETENTORA do registro terá sempre preferência.
- 9.3. Para fins deste registro de preços aplicar-se-á o disposto no Decreto Municipal nº 4.388/2013 e Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 9.4. A declaração de nulidade deste instrumento opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 9.5. Os casos omissos serão resolvidos à luz do Decreto Municipal nº 4.388/2013, e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

- 10.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando



CAMPO GRANDE
PREFEITURA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - Dicom

003970
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: Fls: 1068

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 37.637/2018-54

Ata de Registro de Preços nº 114/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SISEP.

O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede Av. Afonso Pena, 3297, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 03.501.509/0001-06, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO, neste ato representada pelo Sr. AGENOR MATTIELLO, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n. 1.333.312 SSP/MS e CPF n. 232.687.000-04, residente na Rua Praia da Amaralina, nº 37, Bairro Jardim Autonomista, nesta Capital, na qualidade de representante do órgão gerenciador do sistema Registro de Preços, nos termos do art. 1º, parágrafo único, do Decreto Municipal n. 12.480, de 11 de novembro de 2014, doravante denominado(a) ADMINISTRAÇÃO e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas COMPROMITENTES FORNECEDORES, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SISEP, de acordo com o resultado da licitação publicada no Diário Oficial do Município n. 5.348, do dia 13 de setembro de 2018, pág. 13, decorrente da licitação na modalidade Pregão Eletrônico n. 077/2018, autorizado pelo processo n. 37.637/2018-54 regida pela Lei Federal, n. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n. 9.337/2005, Lei Municipal nº 3.997/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, pelas condições deste edital, termos da proposta e mediante as cláusulas e condições a



seguir estabelecidas:

Empresa **AATIVA COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.219.637/0001-61 Inscrição Estadual n. 28.309.412-5, com sede na Av. Coronel Antonino n. 3290, Mata do Jacinto, Campo Grande - MS, neste ato representada pelo Sr. **HÉLIO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do RG n. 384097 SSP/MS e titular do CPF/MF n. 465.076.041-00.

Empresa **JV COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 21.774.414/0001-48 Inscrição Estadual n. 28.403.838-5, com sede na R Projetada 2 n. 47, Vila Bancária, Aquidauana - MS, neste ato representada pelo Sr. **JOÃO VICTOR DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n. 2.405.688 SEJUSP/MS e titular do CPF/MF n. 061.693.671-05.

Empresa **LEDLUXOR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 21.964.667/0001-84 Inscrição Estadual n. 029/0595177, com sede na Av. Julio de Castilhos n. 3658, Sala B, Centro, Caxias do Sul - RS, neste ato representada pela Sra. **KARYNE WEBER DE VARGAS**, brasileira, divorciada, empresária, portador do RG n. 7082961207 SJS/RS e titular do CPF/MF n. 004.083.140-01.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS – SISEP** especificados no **ANEXO IX** do edital, em conformidade com as propostas vencedoras da licitação, visando a constituição do Sistema Registro de Preços firmando compromisso de fornecimento dos produtos aos órgãos e entidades usuários do sistema, nas condições definidas no ato



CAMPO GRANDE
PREFEITURA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

0039728
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: f Fls: 1070

convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do **Pregão Eletrônico n. 077/2018** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E REVISÃO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço inscrito na ata do **Pregão Eletrônico n. 077/2018**, Processo Administrativo n. **37.637/2018-54**, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

2.1.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do Registro de Preços.

2.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados no mercado.

2.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

2.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor



CAMPO GRANDE
PREFEITURA

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003373

Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: Fls: 1071

não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A vigência do presente instrumento será de **12 (doze) meses**, conforme o Decreto Municipal n. 12.480/2014, contados da data de publicação de seu extrato Diário Oficial do Município, vedada sua prorrogação.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Serão usuários do Registro de Preços os órgãos da Administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas e fundações do Município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul, que manifestaram interesse em sua participação.

4.2. Caberá aos órgãos ou entidades usuários a responsabilidade, após contratação, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

4.3. Caberá ainda aos órgãos ou entidades usuários informarem ao gerenciador da Ata de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003974
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: Fls: 1072

empenho, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

4.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à DICOM/SEGES, desde que haja saldos remanescentes dos órgãos ou entidades usuários do registro.

4.5. Aos órgãos ou entidades usuários da Ata de Registro de Preços, fica vedada a aquisição de produtos com preços superiores aos registrados, devendo notificar à DICOM/SEGES os casos de licitações com preços inferiores a estes.

4.6. A Administração Municipal não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de lote respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete à DICOM/SEGES:

5.1.1. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de lote, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.2. Indicar para os Órgãos e Entidades Usuários do Registro de Preços os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de



registro e os quantitativos a serem fornecidos;

5.1.3. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.4. Gerenciar o registro de preço e acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser paga pela Administração;

5.1.5. Emitir a autorização de compra;

5.1.6. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.1.7. Aplicar as penalidades cabíveis, nas situações previstas no subitem 11.1 e seus incisos.

5.1.8. Cancelar o registro de preços quando presentes as situações previstas na Cláusula Sexta deste documento;

5.1.9. Exigir da empresa o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação;

5.1.10. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos ofertados, por meio dos servidores da Administração Municipal;

5.1.11. Recusar qualquer produto fora das especificações estabelecidas no edital e seus anexos.

5.1.12. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual, de acordo com



a Lei n. 8.666/93;

5.1.13. Efetuar o pagamento à empresa, de acordo com as condições estabelecidas contratualmente.

5.2. Compete aos Órgãos ou Entidades Usuários:

5.2.1. Firmar ou não a contratação do objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas;

5.2.2. Proporcionar ao comprometente fornecedor todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos produtos dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.3. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital;

5.2.4. Informar ao Gerenciador da Ata, da inexecução total do compromisso, caracterizada pelo não comparecimento da fornecedora para a retirada da Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes;

5.2.5. Aplicar as penalidades de sua competência ao fornecedor faltoso;

5.2.6. Comunicar a DICOM/SEGES dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados em Ata;

5.2.7. Rejeitar, no todo ou em parte, o produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo comprometente fornecedora;



5.2.8. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital;

5.3. Compete ao Compromitente Fornecedor(a):

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação, durante o período de duração do registro de Preços, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos rejeitados em todo ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quando estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste edital ou apresentarem defeito de fabricação pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração.

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003978
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: Fls: 1076

pela contratação dos bens objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no **item 12 do edital** e na cláusula oitava do presente instrumento.

5.3.10. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e seus anexos;

5.3.11. Comunicar a DICOM/SEGES toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na entrega dos objetos ofertados.

5.3.12. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser cancelados automaticamente, por decurso do prazo de vigência, quando não restarem fornecedores ou ainda pela Administração quando a compromitente fornecedora:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) Não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata a que estiver vinculado, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



- d) Sofrer sanção prevista no art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 2002.
- e) Por razão de interesse público, devidamente motivado;
- f) Por requerimento do detentor da Ata, mediante deferimento da Administração frente a comprovação da impossibilidade do cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste Termo, bem como perdas e danos.

6.2. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1.1. Os materiais deverão ser entregues conforme solicitação da SISEP, por meio de requisições efetuadas pela Gerência de Iluminação Pública e entregues nos locais indicados pela mesma.

7.2. A nota de empenho e/ou assinatura do contrato será firmado no órgão participante da Ata de Registro de Preços.

7.3. Indicar o prazo de entrega dos materiais ofertados, não superior a 10 (dez) dias corridos, contados da assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho.

7.4. A entrega dos materiais ofertados será realizada da seguinte forma:

7.5. O recebimento dos objetos ofertados se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;



b) definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos objetos ofertados, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante "Termo de Aceite Definitivo".

7.6. A entrega será acompanhada por uma comissão de Recebimento de Materiais.

7.7. Os materiais ofertados deverão ser entregues de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.8. A contratada deverá:

7.8.1. Apresentar os materiais com aos requisitos estabelecidos pelas normas NBR 15129/2012, ABNT NBR IEC 60598-1: 2010, ABNT-NBR 5101 e ABNT-NBR 5123:2016.

7.8.2. Atender a garantia de 05 (cinco) anos para os materiais, sendo que os mesmos deverão ser novos e de primeira qualidade.

7.8.3. Entregar os materiais com os seguintes ensaios de Laboratórios Oficiais credenciados pelo INMETRO, conforme normas NBR 15129/2012, ABNT NBR IEC 60598-1: 2010:

Requisitos Gerais e ensaios:

Ensaio de Grau Proteção ótico/alojamento

Ensaio de vibração

Ensaio de Fotometria

Ensaio de Impacto(IK08)

Ensaio de Resistência ao Vento

Ensaos Elétricos – Tensão, Corrente de Alimentação, Fator de Potência



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003381
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: [assinatura] Fls: 1079

7.9. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais ofertados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

7.10. Os materiais ofertados deverão ser entregues conforme solicitação do órgão participante da Ata de Registro de Preços.

7.11. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para instalação.

7.12. A licitante deverá enviar informações detalhadas dos materiais, indicando marca, modelo e referência em português o catálogo com as informações.

7.13. Os materiais ofertados, oriundos desta licitação devem-se fazer acompanhados da nota fiscal/fatura discriminativa para efetivação de sua entrega.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta minuta, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, contados da entrega dos produtos ofertados, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. O pagamento só será efetuado após a **comprovação** pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações quanto à **Justiça do Trabalho** e às **Fazendas Federal, Estadual e Municipal**, incluída a regularidade relativa à **Seguridade Social** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.



8.2.1. Caso a sede da empresa seja o município de Campo Grande, a regularidade fiscal com a fazenda municipal deverá ser comprovada com a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Gerais – CNDG juntamente com a guia DAM paga e assinada pelo responsável do órgão expedidor em conformidade com o Decreto Municipal nº 12.124 de 22 de maio de 2013.

8.3. O pagamento somente será efetuado após “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada. O atesto fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e o regular cumprimento das obrigações assumidas;

8.4. Nos preços propostos presumem-se inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, carga, descarga, garantia, seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

8.5. Na Nota Fiscal/Fatura deverá constar o número do empenho, a quantidade, o preço unitário e o total dos produtos expressos em reais.

8.5.1. A nota fiscal deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, exceto se, comprovadamente, demonstrar que o recolhimento de contribuições (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e FGTS) e/ou balanço são centralizados, podendo pertencer a matriz ou a filial.


8.6. Havendo erro na emissão da nota fiscal, esta será devolvida para que a contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado da data de sua reapresentação.



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003083
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica:  Fls: 1051

8.7. A Empresa vencedora dever indicar, com a documentação fiscal, o número de sua conta bancária através da qual poderá ser efetuado o pagamento das despesas.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será publicada na forma de extrato no Diário Oficial do Município.

9.2. Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da administração, no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos produtos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Se no decorrer da sessão pública da licitação ou na execução do objeto do presente Edital, ficar comprovada a existência de qualquer irregularidade ou ocorrer inadimplemento contratual pelo qual possa ser responsabilizada a LICITANTE/CONTRATADA, poderá sofrer as seguintes penalidades:

11.1.1. Advertência por escrito;

11.1.2. Multa que será aplicada da seguinte forma:



11.1.2.1. Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento), a cada dia útil, por descumprimento do prazo de entrega previsto no edital, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual poderá a Administração considerar o descumprimento da obrigação e consequente rescisão da avença;

11.1.2.2. Caso a Administração não opte pela rescisão da avença, a multa moratória a contar do 31º (trigésimo primeiro) dia passa a ser de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até a efetiva entrega dos produtos, limitada a sua incidência ao percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;

11.1.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da proposta ou sobre o valor final ofertado pela LICITANTE DESISTENTE, na hipótese de desistência injustificada do lance, após o ENCERRAMENTO da fase de lances, sem prejuízo da aplicação da penalidade prevista no subitem 11.1.3 deste edital.

11.1.2.4. Multa Compensatória de 10 % (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida quando:

a) O objeto contratado estiver em desacordo com a especificação constante da proposta, e a empresa após ser notificada, negar-se à substituição;

b) O produto entregue estiver em desacordo com os requisitos de validade, conforme estabelecidos no edital;

c) Deixar de entregar no todo ou em parte o objeto contratado, no prazo estipulado em edital;

11.1.2.5. Multa Compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do preço registrado em favor do detentor ou sobre o valor total da proposta ou lance final quando:

a) A empresa, sem motivo justo, não celebrar o contrato ou deixar de assinar a ata de



registro de preços, após regularmente convocada;

b) A empresa recusar o recebimento da nota de empenho, sem justo motivo, após regularmente convocada;

c) Houver descumprimento de qualquer cláusula da ata de registro de preços, exceto quanto ao prazo de entrega;

d) Nos casos de rescisão contratual por culpa da contratada.

11.1.2.6. O descumprimento total do contrato ensejará a aplicação de multa moratória e/ou compensatória, bem como a consequente rescisão contratual;

11.1.2.7. O descumprimento parcial do contrato ensejará a aplicação de multa moratória e/ou compensatória, cabendo à Administração optar pela manutenção ou rescisão do contrato;

11.1.2.8. A Administração também poderá optar pela rescisão contratual nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei 8666/93.

11.1.2.9. No caso dos prejuízos, devidamente comprovados, superarem o valor da multa compensatória, poderá a Administração exigir judicialmente o valor excedente, nos termos do artigo 416, parágrafo único do Código Civil.

11.1.3 Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Campo Grande e descredenciamento do Cadastro de Fornecedores, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

11.1.4. O valor decorrente de eventual aplicação de multa, moratória ou compensatória, poderá ser retido dos pagamentos devidos pela Administração;

11.2. Na aplicação das penalidades, a autoridade competente observará:



- I. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- II. A não reincidência da infração;
- III. A atuação da contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- IV. A execução satisfatória das demais obrigações contratuais; e,
- V. A não existência de efetivo prejuízo material à Administração.

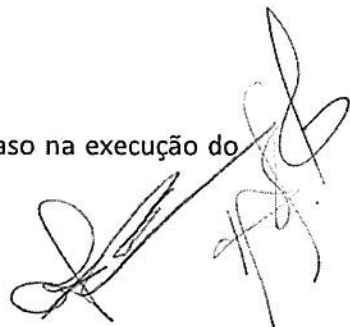
11.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

11.4. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda que seus propositos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme Decreto Municipal n. 13.159, de 18 de maio de 2017.

11.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

11.6. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo do cancelamento do registro nos termos do artigo 18 do Decreto Municipal 12.480 de 11 de novembro de 2014.

11.7. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução do objeto advier de caso fortuito ou de força maior.





11.8. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, estará sujeito à pena de impedimento de contratar com a Administração Municipal de Campo Grande, enquanto não adimplida a obrigação.

11.9. Fica assegurado ao órgão gestor da Ata de Registro de Preços, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, observadas as disposições contidas no art. 49 da Lei n. 8.666/93.

11.10. A aplicação de sanções previstas nesta cláusula não exclui a possibilidade de apreciação de outras questões pelo Poder Judiciário, em especial, quanto às esferas cível e/ou criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

12.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente,



às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.1.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

12.1.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a **CONTRATADA** concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12.1.4. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por contar própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003989
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: *[assinatura]* Fls: 187

garantir, ainda que seus propositos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme Decreto Municipal n. 13.159, de 18 de maio de 2017.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro de Campo Grande-MS para dirimir as dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campo Grande - MS, 14 de setembro de 2018.

AGENOR MATTIELLO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO

HÉLIO DA SILVA

AATIVA COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI

CNPJ 03.219.637/0001-61

JOÃO VÍCTOR DA SILVA

JV COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 21.774.414/0001-48

KARYNE WEBER DE VARGAS

LEDLUXOR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ: 21.964.667/0001-84

**CAMPO GRANDE**
PREFEITURAESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria Geral de Compras e Licitação - DICOM

PROCESSO: 37.637/2018-54

ANEXO I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2018

COMPROMITENTES FORNECEDORES

AATIVA COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI

CNPJ: 03.219.637/0001-61

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	PREÇO UNT.	TOTAL
1 COTA PRINCIPAL	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 50 W - Potência máxima de 50W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 5.250 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO VIII.	UND	8.437	BLUE	R\$ 252,47	R\$ 2.130.089,39
2 COTA RESERVADA	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 50 W - Potência máxima de 50W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 5.250 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO VIII.	UND	2.813	BLUE	R\$ 252,47	R\$ 710.198,11
TOTAL							R\$ 2.840.287,50

JV COMÉRCIO DE ALIMENTOS EIRELI

CNPJ: 21.774.414/0001-48

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	PREÇO UNT.	TOTAL
3 COTA PRINCIPAL	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 120 W - Potência máxima de 120W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 12.600 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO VIII.	UND	15000	CONEXLED	R\$ 414,65	R\$ 6.219.750,00
4 COTA RESERVADA	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 120 W - Potência máxima de 120W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 12.600 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO VIII.	UND	5.000	CONEXLED	R\$ 414,65	R\$ 2.073.250,00
TOTAL							R\$ 8.293.000,00

LEDLUXOR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ILUMINAÇÃO EIRELI - EPP

CNPJ: 21.964.667/0001-84

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	MARCA	PREÇO UNT.	TOTAL
5 COTA PRINCIPAL	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150 W - Potência máxima de 150W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 15.750 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO	UND	11250	LEDLUXOR SPL- LD150W/XXA PM	R\$ 537,00	R\$ 6.041.250,00
6 COTA RESERVADA	1	LUMINÁRIA PÚBLICA LED 150 W - Potência máxima de 150W, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 15.750 lm. CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO	UND	3750	LEDLUXOR SPL- LD150W/XXA PM	R\$ 537,00	R\$ 2.013.750,00
TOTAL							R\$ 8.055.000,00

VALOR TOTAL A ADQUIRIR:

R\$ 19.188.287,50



CAMPO GRANDE
— PREFEITURA —

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Diretoria-Geral de Compras e Licitação - DICOM

003991
Processo: 37.637/2018-54

Rubrica: *[assinatura]* Fls: 1089

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 114/2018

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA DO OBJETO

1. LUMINÁRIAS: A Luminária para iluminação pública utilizando tecnologia LED (light emitting diode), carcaça com difusor de temperatura, fabricada em alumínio injetado a alta pressão, refrator em vidro plano com proteção mínima contra impactos nível IK08 e IP 66 em todo o conjunto ótico. Temperatura da cor maior ou igual a 5.000 K e índice de reprodução mínimo de IRC=70. A eficiência luminosa do sistema deverá ser superior a 105 lm/Watt. A fonte de alimentação/driver deverá ser montada internamente ao alojamento e ser substituível, ter no mínimo fator de potência de 0,95, eficiência superior a 92%, tensão de operação de 90V a 242V. Supressor de surto para proteção dos equipamentos contra descargas atmosféricas e manobras do sistema elétrico. O conjunto ótico deve possuir uma expectativa de vida útil mínima de 50.000 horas em temperatura ambiente de 35°C. Fixável em ponta de braço de diâmetro entre 33-63mm, com parafusos em aço inoxidável. A luminária deverá obedecer aos requisitos estabelecidos pelas normas NBR 15129/2012 – Luminárias para Iluminação Pública – Requisitos particulares com a exigência de exibição de ensaios previstos pela ABNT NBR IEC 60598-1:2010 emitidos por laboratórios oficiais acreditados pelos INMETRO; ABNT-NBR 5101 – Iluminação pública – Procedimento; ABNT NBR 5123:2016 – Relé Fotoelétrico e Tomada para Iluminação – Especificação e Método de Ensaio. Possuir certificado e registro do produto junto ao INMETRO.

1.1. Potência 50W: Potência nominal a 50W com no mínimo 24 LEDs, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 5.600 lm.

1.2. Potência 120W: Potência nominal a 120W com no mínimo 48 LEDs, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 12.000 lm.

1.3. Potência 150W: Potência nominal a 150W com no mínimo 48 LEDs, devendo fornecer um fluxo luminoso mínimo de 17.000 lm.